



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6165/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Santana de Parnaíba
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA
Período 07/2017
Relator Dr. Edgard Camargo Rodrigues
Unidade Fiscalizadora 08ª DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
Responsável Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 136.500.348-59
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/08/2017

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
Atualização do Cadastro Geral de Entidades Mensal	7	2017

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 163.515,31	R\$ 0,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 0,00	R\$ 163.515,31	R\$ 0,00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAIBA	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 40.878,86

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 14.161.257,16	R\$ 706.014.635,66	2,0058%	2,0058%
7/2017	R\$ 14.315.739,38	R\$ 712.352.455,90	2,0096%	2,0058%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 7/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,0096%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 691.169,85
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00

(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 324.735,81
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 2.382.926,78
(=) Liquidez do Período	R\$ -2.016.492,74
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 9.166.666,69
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 7.150.173,95
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0,00
(=) Liquidez Projetada	R\$ 0,00

Embora o resultado acima projetado para o exercício, apresente equilíbrio, a situação atual de liquidez revela-se desfavorável, fato esse que merece toda a atenção da Administração, ensejando o acompanhamento para que a situação projetada se mantenha, devendo ser alertada quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 12/09/2017
Hora da Geração: 20:52:20